

A tragédia do Mediterrâneo

A Europa está dividida e a política de imigração paralisada. São várias as questões que impedem o consenso e o avanço para uma verdadeira política europeia de imigração e asilo.

Nuno Severiano Teixeira | Público | 7 de Março de 2023

O Mediterrâneo está a tornar-se num mar de tragédia. Não foi a primeira e não será a última. Foi apenas mais uma. Desta vez, ao largo da Calábria, uma embarcação com 180 imigrantes irregulares naufragou e 67 pessoas perderam a vida. As imagens trazem à memória essa outra tragédia de há dez anos, na ilha de Lampedusa, em que morreram no mar 368 pessoas. Entre esses dois momentos, estima-se que 26.000 pessoas tenham ficado sepultadas no Mediterrâneo.

Ora, esta tragédia confronta, uma vez mais, a Europa com a responsabilidade moral e o fracasso político da sua política de imigração e em particular da gestão da imigração irregular. Onde estão as responsabilidades? Cada caso é um caso. E neste há muitas responsabilidades a apurar pelas autoridades italianas. A gestão do resgate foi pior que péssima. Entre o primeiro alerta do avião da Frontex e o naufrágio decorreram quase sete horas sem assistência às pessoas em perigo. O centro de coordenação respondeu tarde e os meios foram desadequados. Acresce a isto a lei recente do Governo Meloni destinada a dificultar a acção das organizações não-governamentais que obriga as embarcações de resgate de imigrantes a aportar longe das zonas de naufrágios.

Mas este é o caso concreto. Porque a razão de fundo é a política europeia de imigração e asilo que, em boa verdade, não existe. Vamos por partes. Com o desenvolvimento da globalização, muitos pensaram que o sistema internacional estaria a caminho de um mundo sem fronteiras. Ora, ao contrário, o que estamos a assistir é ao retorno da geopolítica, à luta pelo território e ao controle das fronteiras. E a Europa não escapa a essa tendência.

É certo que, desde o início da integração europeia, a livre circulação de pessoas é uma das quatro liberdades fundamentais. E que desde Schengen os europeus perseguem o sonho de uma Europa sem fronteiras. Mas não é menos certo que, em todo esse processo, a erosão das fronteiras internas assentou sempre no reforço das fronteiras externas. Isto é, a Europa criou um sistema dual em que as fronteiras internas não têm a mesma função das fronteiras externas.

É esta dualidade entre a função das fronteiras, interna e externa, que está no centro do debate sobre a questão da imigração e do asilo. E que desde a crise dos refugiados, em 2015, deixou a Europa dividida. Entre os valores e os interesses. Entre a securitização das fronteiras e as crises humanitárias que provoca. Entre os Estados-membros que são fronteira externa e os que são, apenas, fronteira interna.

A Europa está dividida e a política de imigração paralisada. São várias as questões que impedem o consenso e o avanço para uma verdadeira política pública europeia de imigração e asilo. Uma são de natureza institucional: a tensão entre os princípios intergovernamental e supranacional no processo de decisão em matéria de imigração; a divisão entre o processo decisório aplicado à imigração legal e à luta contra a imigração ilegal; e sobretudo a securitização da visão da imigração que tem impedido a sua articulação com as outras áreas-chave das políticas públicas como o mercado de trabalho ou a segurança social. Mas a questão crucial é de natureza política e prende-se com a partilha das responsabilidades no acolhimento dos migrantes e refugiados.

Desde o Tratado de Dublin, de 1990, que o princípio que rege a questão é o de que o país onde o migrante aporta primeiro tem a responsabilidade do acolhimento e do pedido de asilo. A isto acresce o facto de a lei europeia proibir o movimento dentro da UE aos requerentes de asilo, o que levou já muitos refugiados a serem devolvidos aos Estados-membros onde primeiro desembarcaram. Ora, estas políticas não só ferem o mais elementar princípio da solidariedade europeia, mas também penalizam fortemente os países que fazem fronteira externa. Justamente, porque migrantes e refugiados entram pela fronteira externa, mas para se deslocarem através das fronteiras internas. O problema é europeu e é por isso que a responsabilidade só pode ser europeia.

O Novo Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo, de 2020, declara datadas as regras de Dublin e apela a um novo quadro global em que todos os Estados-membros são chamados a contribuir. Mas até hoje pouco ou nada mudou e Dublin continua a prevalecer. Ora é esse o desafio da Europa: ou muda as regras de Dublin e todos os Estados-membros passam a cooperar, ou continuará confrontada com o fracasso político e a responsabilidade moral desta tragédia humanitária.

<https://www.publico.pt/2023/03/07/opiniao/opiniao/tragedia-mediterraneo-2041463>